

Entre imagens e memórias: representações sociais da criança e da infância na imprensa escrita de Chapecó (SC) na década de 1970

Aline Fatima Lazarotto*

Palavras-chave:
Imprensa escrita
Infância
Criança

Resumo: Os meios de comunicação compõem-se em um instrumento privilegiado para compreender a história e “[...] constitui-se como um bom material de análise sociológica onde se manifestam as concordâncias de uma cultura, sua lógica interna, suas contradições.” (FUKUI; SAMPAIO; BRIOSCHI, 1985, p. 32). Sob essa perspectiva, a história será representada por quatro jornais que circularam na década de 1970 em Chapecó (SC). O olhar dirigido à imprensa em determinado momento da história justifica-se na tentativa de captar elementos para a compreensão de determinadas formas de tratamento jornalístico dispensados à criança e à infância, constituindo-se em representações sociais que determinam modelos de sujeitos e direcionam práticas sociais.

Keywords:
Press
Childhood
Child

Abstract: Media is a privileged means of understanding the history, and “[...]it is a good sociological analysis material where concordances of a culture, its internal logic and its contradictions are manifested.” (Fukui; Sampaio; BRIOSCHI, 1985, p. 32). This will be represented by four newspapers issued in the 1970s in Chapecó (SC). The look toward the press at any given moment in history is justified in trying to capture elements for understanding certain forms of journalistic treatment provided to kids and childhood, thus becoming social representations that determine models of subjects and drive social practices.

Recebido em 29 de outubro de 2015. Aprovado em 25 de janeiro de 2016

Introdução

Este artigo apresenta algumas considerações acerca das representações sociais da criança e da infância na imprensa escrita de Chapecó (SC) durante um período de dez anos, de 1970 a 1979. Para compreender as representações da criança e da infância evidenciadas pelo material empírico, amparou-se no conceito de “representação social” dentro das Ciências Sociais, definido como categoria de pensamento que expressa a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a (MINAYO, 1995, p. 89).

Nessa direção, buscou-se estudar as representações sociais na medida em que elas investigam “[...] justamente como se formam e como funcionam os sistemas de referência utilizados para classificar pessoas e grupos e para interpretar os acontecimentos da realidade cotidiana.” (MAZZOTTI, 1994, p. 60). Esse caminho torna-se promissor, pois estabelece relações com linguagem, ideologia e imaginário social,

principalmente, por seu papel na orientação de condutas e de práticas sociais (MAZZOTTI, 1994, p. 60).

Os meios de comunicação contribuem para a formação e vinculação de ideias que influem nas ações reais dos indivíduos. Nesse sentido, entende-se que estudar as representações sociais através da imprensa é fundamental, sendo que esta constitui um meio para manifestar ideias, conceitos e promover ideologias.

A mídia tem sido grande responsável pela construção de imagens e estereótipos sobre a criança e a infância frente à opinião pública. Os estudos acerca das representações sociais contribuem para entender essas práticas sociais, que são conduzidas por ideologias. Aqui se define ideologia, de acordo com Althusser (1985, p. 85), como “representação imaginária dos indivíduos com suas condições materiais de existência”.

Chauí (2008, p. 99) afirma que ideologia é “[...] uma das formas de práxis social, que partindo da experiência imediata dos dados da vida social constrói abstratamente um sistema de ideias ou representações

*Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora titular, coordenadora do Curso de Educação Especial e coordenadora do Projeto Pedagogia na Rua da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Tem experiência na área de Educação, com ênfase na formação de professores, atuando principalmente nos seguintes temas: Representações, Imaginário Docente, Direitos da Criança, Infância e imprensa, Didática. Email: alinel@unochapeco.edu.br

sobre a realidade.” Dessa forma, os autores evidenciam que essa “representação” está articulada com a realidade, com a prática social. Assim, a representação imaginária do mundo, o que se encontra na ideologia, é, antes de tudo, a sua relação com as condições reais de existência (ALTHUSSER, 1985, p. 87).

Considerando que a mídia atua como agente ativo dentro do processo de socialização e constitui um espaço privilegiado para transmissão social de valores e principalmente de representações, trazer para discussão as representações sociais na imprensa escrita possibilitará compreender as relações estabelecidas entre os sujeitos e a própria realidade. A partir daqui cabe definir o conceito de representação social.

Minayo (1995), ao trazer as contribuições de Marx sobre representação social, confirma que as representações sociais estão comprometidas com as condições de classe e com a base material. São “ideologias do além” que colocam como princípio básico o pensamento e a consciência. Marx irá definir as representações como conteúdo da consciência, que, por sua vez, é determinada pela base material.

Não é a consciência que determina a vida, mas é a vida que determina a consciência. [...] A consciência é desde o início um produto social: ela é a conexão limitada com outras pessoas e coisas fora do indivíduo. [...] A consciência jamais pode ser outra coisa que o homem consciente e o ser dos homens. É o seu processo de vida real. (MARX, 1984 *apud* MINAYO, 1995, p. 98).

Mais adiante, Minayo (1995) traz a contribuição Lukács, pautado em Marx, que faz uma abordagem mais específica do conceito de representação social, aproximando-se da ideia de representação social como visão de mundo.

Lukács aprofunda o tema das Representações, em Marx, através da noção de ‘visão de mundo’. Segundo ele, a visão de mundo não é um dado empírico, mas um instrumento conceitual de trabalho, indispensável para se compreender as expressões imediatas do pensamento dos indivíduos. Sua importância e realidade também se manifestam no plano empírico. Ela é o principal aspecto concreto do fenômeno da ‘consciência coletiva’. Segundo Lukács, a ‘visão de mundo’ é precisamente esse conjunto de aspirações, de sentimentos e de ideias que reúne os membros de um grupo (mais frequentemente, de uma classe social) e as opõem aos outros grupos. (MINAYO, 1995, p. 102).

Essas contribuições são fundamentais para este estudo, pois o conceito de representação social será abordado, confirme dito, orientado pelo conceito de ideologia, que expressa a visão de uma determinada classe social e de seus interesses por meio da imprensa, destacando de que forma essa agência de informação, entendida como um aparelho ideológico, contribui na legitimação de um modelo de criança e infância.¹

As categorias emergentes do material empírico serão as vozes dessa classe que se apresenta nas representações de criança e infância. Como afirma Spink (1993, p. 86):

A tendência mais marcante, aqui, é a de situar as representações como elementos constitutivos da ideologia – sendo esta definida como um sistema de representações. A ideologia passa a ser objeto central da pesquisa; sendo, entretanto, instância abstrata (ou inconsciente como diriam alguns), o acesso a ela se dá por meio das representações que ela estrutura.

Nesse sentido, as representações sociais de criança e infância a partir da imprensa escrita serão elementos para compreender as relações estabelecidas na sociedade perante essa parcela da população, assim como para evidenciar as minuciosas estratégias para sustentar um sistema amparado em contradições e desigualdades, em que, silenciosamente, sujeitos são transformados em objetos.

Segundo Minayo (1995, p. 108), “[...] as representações sociais se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais.”

Assim, as representações sociais irão expressar as contradições e conflitos presentes no contexto em que foram engendradas, revelarão a natureza contraditória da organização em que os sujeitos estão inseridos (MINAYO, 1995, p. 109). Caracterizar as representações de criança e infância na imprensa escrita será fundamental para entender a prática da sociedade e, principalmente, levantar questões a respeito da realidade de inúmeras crianças que estão muitas vezes silenciadas.

Dessa forma, traçou-se um panorama das representações sociais de criança e infância durante os dez anos analisados, apresentando de que maneira a

imprensa promoveu um modelo de criança e contribuiu para legitimar ideais de infância.

Caminhos da pesquisa...

O material apresentado é fruto de uma pesquisa realizada no mestrado, em que foram coletadas 406 peças jornalísticas acerca de criança e infância na imprensa escrita de Chapecó no período de 1939 a 1979. Para este artigo optou-se pela década de 1970.²

De natureza histórico-documental, a pesquisa investigou, na década de 1970, os quatro jornais que circulavam em Chapecó nesse período. Durante quatro meses de 2009 foram realizadas visitas semanais ao Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM) e à Biblioteca Municipal, em Chapecó, selecionando peças jornalísticas que se referiam à criança e à infância de 1939 a 1979. Para este artigo foram privilegiadas apenas as peças correspondentes ao período de 1970 a 1979.

Após digitalização, organização, exploração e transcrição das peças, o material foi distribuído em blocos e categorias. Foram analisados três blocos de peças jornalísticas com fins de comparação das hipóteses estabelecidas na pesquisa. O primeiro bloco refere-se às peças que trazem a representação da criança idealizada, associada à inocência e à alegria, uma criança ordeira e romantizada pelo olhar adulto. O segundo engloba as peças que se referem às políticas assistencialistas, públicas e filantrópicas. Já o terceiro bloco reporta-se às crianças abandonadas e às representações da criança em condição de miséria e violência.

A partir dessas indicações, tenta-se traçar um panorama das representações da criança e da infância na imprensa escrita de 1970 a 1979, busca-se perceber, como afirma Ponte (2009): que crianças são notícias? Quando é que são notícias? Quem tem voz nessas notícias e quem tende a ser ignorado?

Década de 1970: “O Ano é Criança”³

No período de pesquisa foram analisados os quatro veículos de informação presentes no acervo e que circulavam na época em Chapecó. Nestes foram

encontradas 196 peças que traziam como referência a criança e a infância. Do volume total de peças, 45% referem-se à criança ideal, 38% às políticas assistenciais para infância e 15% à criança abandonada. É importante a tentativa de caracterizar de que maneira a criança e a infância foram retratadas na imprensa chapecoense na década de 1970, através das entrelinhas da história.

Na distribuição pela página, nos diferentes jornais, há um predomínio da colocação na zona superior (59,6%), com títulos com maior valorização gráfica, além do maior número de imagens fotográficas. A década de 1970 diferencia-se das demais por trazer as crianças referenciadas em imagens com mais frequência. Das 196 peças, 73,9% são de crianças em imagens e apenas 5,1% de crianças em texto.

A intervenção do Estado na questão do menor, por meio da criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), em meados de 1960, “numa leitura da questão do menor como de segurança nacional” (ALVIM; VALLADARES, 1988, p. 10), vai influenciar diretamente nas políticas da década de 1970, que serão marcadas por uma série de outras iniciativas de diversos setores da sociedade, demonstrando preocupação com a situação a que chegaram a infância e a pobreza no Brasil.

A história, especialmente a do Brasil, está repleta de exemplos de estabelecimentos de cunho correcional para menores delinquentes, mendigos, vadios, “condenados à prisão com trabalho” (RIZZINI, 1995). Além destes, é possível encontrar no país iniciativas de religiosos, com a criação de instituições e programas alternativos para essa população (Pastoral do Menor, criada nos anos 1970) e a instauração da “Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI do Menor – em 1976, que tem sua [...] importância atribuída à questão ao nível do legislativo e dos poderes constituídos, preocupados com os altos índices de infração penal praticada por menores pobres.” (ALVIM; VALLADARES, 1988, p. 11).

Esse breve quadro ilustrativo da questão do menor que foi se constituindo na década de 1970 aponta sua importância na criação de instituições, práticas sociais e instrumentos jurídicos que buscam dar respostas aos problemas que se avolumavam em relação à condição da criança e do adolescente. As perguntas e respostas colocadas, a seguir, por Rizzini (1995) desvelam

uma concepção de criança e infância e para quem essas práticas são dirigidas.

Quem deve cuidar da criança? Quem detém o pátrio poder? Quem é o ‘responsável’, ‘o tutor’, ‘o guardião’? A resposta virá materializada através da responsabilidade historicamente assumida pela família, pela igreja, pelo Estado e pela sociedade. Tais possibilidades estarão refletindo uma certa criança, cuja infância é classificatória de acordo com sua origem familiar, portanto sua ‘herança’ social. Os bem-nascidos terão a infância garantida; os demais estarão sujeitos ao aparato jurídico-assistencial destinados a educá-los ou corrigi-los. Alguns serão crianças e os demais, menores. (RIZZINI, 1995, p. 102).

Múltiplos poderes são envolvidos em políticas e programas para garantir o bem-estar da criança, entretanto, os clientes potenciais desse surto de leis e doutrinas são aqueles para quem a distribuição justa de renda não passa de discurso. Por isso:

[...] todas as leis são produtos de suas épocas e refletem as concepções do social que perpassam cada período. Em relação às histórias das políticas sociais dirigidas à criança até a era do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, transita-se de uma visão higienista e correcional da infância, atrelada à condição e invenção do menor, do menor em situação irregular, menor enquanto objeto de medidas judiciais, como questão de segurança nacional até a criança cidadã, sujeito de direitos. (VIELLA, 2008, p. 161).

O material empírico tomado para análise retrata bem esse quadro em Chapecó: ora é retratada a “criança”, ora essa criança se transfigura em “menor”, como a seguir.

Figura 1 – Menor da cadeia de Chapecó



Fonte: Correio do Sul, 8 out. 1977.

Como a análise aqui realizada cobre até final da década de 1970, não se abordaram as mudanças sucedidas em relação aos direitos da criança estabelecidos a partir da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um processo ocorrido nos anos 1980 que acarretou em duas grandes conquistas: o artigo 227 da Constituição e a aprovação do ECA (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990).⁴

Tal conquista resultou na extinção, em 1989, da Funabem, que foi substituída pelo Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA). Para Vogel (2009, p. 310), “essa vitória consagrou a doutrina da proteção integral”. Nessa mesma direção:

A homologação dos dispositivos da Carta Magna em favor da infância, fundados na Declaração dos Direitos Humanos e na Declaração dos Direitos da Criança, foi estabelecida primorosamente no Estatuto da Criança e do Adolescente o ECA, assinado em 1990. Este documento legal representa uma verdadeira revolução em termos de doutrina, ideias, práxis, atitudes nacionais ante a criança. Em sua formulação contou, igualmente, com intensa e ampla participação do governo e, sobretudo, da sociedade, expressa em organizações como a Pastoral do Menor, o Unicef, a OAB, o Movimento de Meninos e Meninas de Rua, movimentos de igrejas e universidades, dentre tantos outros organismos. (MARCILIO, 1998a, [s.p.]).

A condição da infância em situação de risco não é fato novo. As crianças, desde o início do século XX, foram objeto de políticas assistenciais, correcionais e filantrópicas. Ao mesmo tempo em que se pensava em criança desamparada como corpo produtivo, havia o interesse de tranquilizar esses corpos que poderiam ser futuros rebeldes, viciados que causariam problemas à integridade da nação. A situação das crianças na rua é vista como uma “chaga” social, como perigo para a sociedade incorporado nas figuras dos “[...] esmoleiros, lavadores de carros, engraxates, pivetes e todos quantos forem encontrados perambulando pela cidade.” (Oestão, 10 maio 1978).

Fica visível na história da infância na imprensa chapecoense o quanto o Estado e outras instituições se “preocupam” em transformar essas crianças, ou melhor, moldá-las com base em seus próprios princípios. Segundo Rago (1985, p. 120), isso seria “[...] formar o caráter da criança, incutindo-lhe o amor ao trabalho, o respeito pelos superiores em geral, as noções de bem e mal, de

ordem e desordem, de civilização e barbárie, enfim, os princípios da moral burguesa.”

Delinquência uma chaga social

[...] O juiz de Direito [...] disse que **muitos desses menores não têm o mínimo interesse em trabalhar**, preferindo levar a vida ociosa, esmolando e até praticando furtos.⁵

Personagens de uma história marcada principalmente pela exclusão social, esses “anjos de cara suja” incomodam, atrapalham e comprometem o futuro da Nação. A eles são destinadas algumas instituições, no caso em foco, a Fundação Catarinense ao Bem-Estar do Menor (Fucabem), o trabalho do Lions e Rotary e seus projetos para a infância chapecoense. A Lei n. 5.089, de 14 de maio de 1975, que dispõe sobre a organização da Administração Estadual, estabelece diretrizes para a modernização administrativa e dá outras providências, criando, entre outras instituições, a Fucabem.

O capítulo IV da referida lei trata especificamente da Fucabem e sinaliza seus objetivos:

Art. 89 - A FUCABEM terá por objetivos:
I – conjugar os esforços do Poder Público e da Comunidade para solução do problema do menor que, por suas condições socioeconômicas, não tem acesso aos meios normais de desenvolvimento;
II – realizar estudos e pesquisas, tendo em vista o desempenho da missão, que lhe cabe, promovendo cursos, seminários e congressos, bem como o levantamento atualizado do problema do menor em todo o território estadual;
III – promover a articulação entre as entidades públicas de desenvolvimento e organização de comunidades e as particulares do bem-estar do menor, para a formulação, coordenação ou execução de programas e serviços referentes ao menor, em termos de planos integrados;
IV – propiciar a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, remunerado ou voluntário, indispensável à consecução de seus objetivos;
V – conceder auxílios e subvenções a entidades particulares registradas no órgão;
VI – prestar assistência técnica aos municípios e às entidades que adotarem a política do Bem-Estar do Menor;
VII – mobilizar a opinião pública no sentido da indispensável participação de toda a comunidade para solucionar o problema da infância desvalida;
VIII – colaborar em programas de desenvolvimento da comunidade, tendo em vista, principalmente, o fortalecimento da família e a intensificação dos trabalhos de natureza corretiva, preventiva ou promocional, que visem ao bem-estar do menor;

IX – celebrar convênio, acordos e contratos com entidades públicas ou particulares que objetivem o bem-estar do menor.

Parágrafo único. A Fundação dará execução às sentenças da Justiça de Menores. (SANTA CATARINA, 1975 *apud* LAZAROTTO, 2008, p. 31).

O Capítulo V, Artigo 96, deixa claro que parte das receitas da Fucabem são provenientes do Estado, mas seu funcionamento depende das doações da população:

Art. 96 - O patrimônio e a receita das **Fundações** são constituídos:

[...] III – por doações, heranças ou legados de pessoas naturais ou jurídicas, privadas ou públicas, nacionais e estrangeiras;

IV – por subvenções, auxílios ou quaisquer contribuições estabelecidas pela União, Estados ou Municípios;

V – pela arrecadação de fundos especiais que proporcionem recursos financeiros para o funcionamento das Fundações;

VI – pelas rendas decorrentes da exploração de seus bens ou prestação de serviços;

VII – quaisquer outros que lhe forem destinados. (SANTA CATARINA, 1975 *apud* LAZAROTTO, 2008, p. 31, grifo nosso).

Viella (2008) mostra em sua tese de doutorado, *As crianças no paraíso dos direitos*, que nas décadas de 1970 e 1980 há uma verdadeira explosão da pessoa humana no direito internacional. Quanto aos direitos da criança, ressalta o início dessa caminhada até chegar à década de 1990, com o ECA:

[...] em 1923 [...] a União Internacional ‘Save the Children’ redigiu e aprovou a Declaração de Genebra e em 1924, a Quinta Assembleia da Sociedade das Nações também a aprova. Terminada a II Guerra, a ONU (Organização das Nações Unidas) aprova Declaração que amplia os direitos contidos no texto de 1924 e onze anos depois, em 1959, a Assembleia Geral da ONU aprova os Direitos da Criança. Em 1979 é declarado o Ano Internacional da Criança e, em 1989, em 20 de novembro, aprova-se a Convenção Internacional dos Direitos da Criança. (VIELLA, 2008, p. 157).

A Fucabem, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), a Pastoral do Menor, a criação do Movimento em Defesa do Menor e a aprovação do novo Código de Menores, em 1979, apontam a forma como a questão do menor foi se constituindo no interior da sociedade brasileira. A imprensa escrita chapecoense dá destaque, na década de 1970, aos diversos programas organizados pela Fucabem, Rotary e Lions. Nesse cenário, comemorações e festas vão legitimando suas práticas assistencialistas,

como se vê nesta chamada: “Os anjos de cara suja o que a Fucabem está fazendo por eles”⁶.

A filantropia fez-se presente nos atos comemorativos, principalmente da criança menos favorecida. As representantes da elite organizavam, através das entidades filantrópicas, como Rotary e Lions, as comemorações natalinas. Para Veiga e Gouvêa (2001, A.1, p. 6): “O Natal, era o dia da mais alta significação para o assistencialismo, era também o dia clímax de se celebrar a filantropia e as ações de caridade.” Em Chapecó, tais eventos eram anunciados pela imprensa dando visibilidade às ações de beneficência.

Natal dos pobres

Será realizada dia 4 do próximo mês uma Feira no Clube Recreativo Chapecoense sendo a renda destinada para o Natal dos Pobres. A promoção é das Sras da Casa da Amizade do Rotary Club Chapecó sob a Coordenação da Presidente, Sra Juca Destri.⁷

Esses eventos e comemorações acontecem de forma extensiva, promovidos pelo Rotary Club, Lyons, LBA e ganham uma ampla divulgação nos jornais. Como “corações fraternos”, essas instituições contam com um grande apoio para dar as “sobras” da riqueza social aos desvalidos e pobres. “Trata-se, em síntese, da continuação da tradição histórica de oferecer ‘pão, teto e abrigo’ aos mais necessitados, descuidando das necessidades afetivas e de desenvolvimento das crianças submetidas a esta medida extrema.” (RIZZINI, 1995, p. 41). Esse zelo pelo amparo das crianças transfiguradas em menores circula nas páginas da imprensa sob diversas formas.

A condição da criança abandonada foi apresentada no jornal como uma “delinquência,

uma chaga social”⁸. Para resolver o problema desses pequenos que assustavam, pois poderiam “transformar-se em ladrões”, foi designado o trabalho de engraxates, vendedores de revistas e jornais, credenciados com a marca da delinquência.

A Fucabem, instituição que atendia em Chapecó, com o juiz e apoio da polícia, realiza “[...] ‘blitz’ no centro e nos bairros, a fim de recolher os menores que perambulam pela cidade”⁹. O discurso de criança criminosa, marginal, perigosa vai caracterizando uma parcela da população infantil, delineando uma representação negativa da infância. Observe-se o discurso de um juiz de direito divulgado pela imprensa chapecoense na década de 1970:

Recolhimento e triagem de menores

[...] Senhores, estamos aqui reunidos para falarmos de algo muito sério: das crianças menos favorecidas pela sorte. Hoje, em Chapecó, existem centenas de crianças abandonadas e marginalizadas, criando problemas e se tornando, aos poucos, pessoas perigosas à sociedade. Procurando evitar a continuidade desta chaga, a Fundação Catarinense do Bem-Estar do Menor, através da Regional de Chapecó, conjuntamente com a Polícia Militar e a comunidade em geral, orientadas por este juizado de menores, vão iniciar uma campanha no próximo dia 15 do corrente, recolhendo todos os menores que forem encontrados nas ruas de Chapecó sem motivos justos. Por exemplo: esmoleiros, lavadores de carros, engraxates, pivetes e todos quantos forem encontrados perambulando pela cidade.¹⁰

Assim, são apresentadas as representações da infância na imprensa chapecoense, inseridas no contexto da história de milhares de crianças que não tiveram garantido o direito de ter infância e ser criança. Uma infância acorrentada.

Figura 2 – Resposta a um desafio



Fonte: Folha do Oeste – 1970.

Outras representações mesclam-se com essas. Nelas é representada a criança pura, angelical e inocente, muito glorificada nos discursos e considerada presente divino. Elas aparecem, muitas vezes, em fotos e acompanhadas de adjetivos como “lindinha”, “fofura”, até como anjos nas proximidades do Natal, portanto, portadoras de mensagens de “Feliz Ano Novo”, para apenas para uma pequena parte da população.

Buscando explorar outros espaços onde as crianças são notícia, observa-se nas “páginas sociais”, espaço para divulgar e promover personalidades, eventos e pessoas ligadas à “elite”, como a imprensa representa a criança em situação vantajosa, ao ritmo da “criança feliz que provoca saudades da aurora da vida”¹¹.

Assim, elas vão transitando nos diferentes lugares: nas páginas sociais, na escola, nas ruas, nas páginas criminais, tecendo uma história marcada pela contradição, abandono, exploração, miséria, misturada com a criança pura, ingênua e inocente. Em outros momentos são mostradas nas páginas criminais sensacionalistas como vítimas.

Avó detesta preto e mata neto

[...] A criança nasceu viva, mas condenada a morrer. Instantes depois de Celestina dado a luz, dona Perina agarrou o neto que acabava de nascer e encheu-lhe a boca de panos, sufocando-o até a morte [...] Matei a criança por detestar gente preta e minha filha não podia sujar o nome da família. [...]¹²

Vítimas da miséria, vítimas dos adultos, elas são fotografadas. Quem fala por elas? Quem as apresenta e as representa? A imprensa vai caracterizando a criança em diferentes espaços. Ela está nas festas, nas ruas, mas também na escola e em condições nada confortáveis.

160 crianças estudam no chão do salão comunitário do bairro universitário

As 160 crianças estão frequentando as aulas, no Salão cedido pela comunidade, sem quaisquer móveis, no chão, improvisadamente, sem merenda escolar, sujeitos ao frio. As professoras que lá lecionam (não quiseram identificar-se temendo represália). [...]¹³

Isso tudo vai revelando a omissão do poder público no trato da educação das crianças. Nos diferentes espaços da escola, elas são apresentadas seja para mobilizar opiniões, seja para denunciar a criança, objeto

de proteção e devoção. Afinal, posições diversificadas representam as contradições sociais.

Quando o interesse é vender algo, a criança aparece como centro para comover os corações mais endurecidos e os bolsos não tão fartos. Nessas reportagens nota-se como a criança é utilizada ora como artefato para o consumo, ora para ser consumidora. As representações na propaganda não são alheias às discussões sobre a infância, mas contribuem no sentido de legitimar ideais de criança.

As imagens visuais não eram tratadas na propaganda como meras substituições da palavra escrita, uma vez que representavam uma cultura do olhar, que educava no sentido do consumo, da admiração da riqueza, da modernidade como espetáculo. A ilustração, portanto, não se constituía em simples confirmadora da mensagem verbal, representando uma outra leitura que queria atingir a população. (BRITES, 2000, p. 255-256).

Na década de 1970, a utilização de imagens fotográficas esteve muito presente nos jornais pesquisados, principalmente, nas peças referentes à propaganda, em que crianças aparecem sempre alegres, brincando e com a família. Vê-se na peça a seguir a representação de uma criança feliz, que merece grande parte da página do jornal.

Figura 3 – Criança na propaganda



Fonte: Correio do Sul, 29 out. 1977.

Crianças sorrindo, alegres, crianças trabalhando e até crianças cantoras, os artistas mirins que angariam de imediato a simpatia do público. Neste exemplar, o jornal não poupa as palavras. A reportagem destaca:

Eles ajudam a sustentar a família. Celso e Claudemir

[...] garotinhos muito miudinhos vestidos com bombacha e camisa de cor laranja berrante e consigo dois violãozinhos de ‘brinquedo’ que se não tocam seu

‘instrumento’ pelo menos cantam e para idade muito bem, ou que pelo menos, encantam com seu desembaraço, vivacidade e inocência.¹⁴

Essas reportagens enfatizam as representações contraditórias da infância: perigosa, em perigo, desamparada, protegida, sujeito, objeto, enfim, retratam as contradições sociais. Dessa forma, elas são fotografadas em mundos sociais diferentes e contraditórios, mas sempre como uma promessa de futuro.

Santa Catarina olhando para você.

O futuro de Santa Catarina sorri nos olhos de nossas crianças. Crianças indígenas, loiras, morenas, negras, orientais, crianças grandes, pequenas, gordas, magras, ricas ou pobres. [...] Todas elas representam nosso futuro. Nós precisamos prepará-las, hoje, para que ajudem a construir o amanhã, já vivendo o tempo novo de Santa Catarina.¹⁵

No entanto, essa valorização se contrapõe às linhas dessa história, em memórias que marcam e significam outro modo de ser, outra imagem, como se os anjos se transformassem em demônios e lixos da sociedade. O contraponto entre uma visão angelical de infância e uma visão satanizada dela. Os “filhos de ninguém”¹⁶, como o jornal refere-se às crianças menos favorecidas, assustam por serem já determinados como “candidatos ao crime”. Eles roubam, envergonham a cidade; nas palavras do jornal: “Um quadro desolador, um desafio aos chapecoenses”¹⁷.

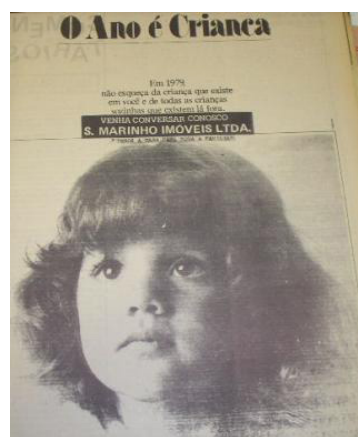
Para algumas dessas crianças são construídas as identidades de menor, pivete, delinquente, entre outras. Esses vocábulos não se confundem com outras designações como “jovem”, “brotinho”, “garotos”, criança, rapaz ou adolescente. Delinquentes, sujos, “maus para a sociedade” são palavras presentes no discurso desse modelo de criança apresentado na imprensa de Chapecó, excluídos por um sistema que os trata como marginais infantis. Para Cavalieri (1986 *apud* ALVIM; VALLADARES, 1988, p. 17), “dir-se-ia que menor é o filho dos outros”. Essas distintas denominações utilizadas referem-se a dois universos distintos: “[...] um é afetivo, familiar e privado [...] e o outro aponta para a despersonalização e remete à esfera do jurídico e, portanto do público.” (ALVIM; VALLADARES, 1988, p. 17).

Algumas considerações

As representações da criança e da infância constantes nas páginas dos jornais analisados caracterizam a condição social da criança brasileira, deixando à mostra a violência, as diferenças sociais existentes na sociedade, as políticas públicas adotadas para amenizar o problema, o sistema falido das instituições correccionais, questões de saúde, de saneamento, pondo em evidência a necessidade de lutar por mudanças e, principalmente, pela garantia e pelo respeito aos direitos humanos.

Na figura a seguir, por exemplo, o olhar da criança aparece distante, para cima, como se olhasse para além do que se pode ver. Para Muller (2005, p. 3): O que espera a criança? O que ela busca?

Figura 4 – Criança futuro da nação



Fonte: Correio do Sul, 5 jan. 1979.

A tarefa posta por esta análise é lançar alguns eixos de reflexão que contribuam para uma maior compreensão, sobre diferentes prismas, da forma como a infância e a criança são representadas pela imprensa escrita desta época. Quebrar imagens, desvendar esse confronto de representações, que é histórico, e, possivelmente, compreender a infância e a criança com outro *olhar*.

As representações de criança e infância nesses quarenta anos de análise tecem a trama de uma realidade social representada na imprensa escrita e que precisa ser compreendida e retomada para que se possa compreender, no campo educacional, o papel do professor. As representações estão enraizadas em olhares e atitudes de muitos profissionais que atuam com crianças. Permite

perceber que as crianças vão ganhando espaço na mídia, por vezes, mais na condição de objetos do que de sujeitos de sua história. Objetos no direcionamento das políticas, mas, contraditoriamente, sujeitos que ocupam espaços públicos, revelando o quanto são deserdados de seus direitos.

Notas

1 Este conceito de aparelho ideológico é atribuído a Althusser (1985, p. 68): “Designamos pelo nome de aparelho ideológico do Estado certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas.”

2 Dissertação intitulada “A infância na imprensa escrita em Chapecó – 1939-1979”, defendida em 2010 para o programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

3 Chamada de uma propaganda referindo-se ao ano da Criança (Correio do Sul, 5 jan. 1979).

4 Artigo 227: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à Criança e ao Adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, a alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

5 Correio do Sul, 10 dez. 1977 (grifos nossos).

6 Correio do Sul, edição 109, ano III, p. 4, 14 a 21 nov. 1979.

7 Folha do Oeste, edição 653, p. 11, 26 nov. 1977 (grifos nossos).

8 Correio do Sul, 10/12/1977.

9 Folha do Oeste, edição 676, p. 13, maio 1978.

10 Oestão, edição 6, p. 4, 10 maio 1978 (grifos nossos).

11 Diário da Manhã, edição 41, ano 1, p. 4, 1 e 2 dez. 1979.

12 Correio do Sul, edição 1, ano 1, Capa, 13 ago. 1977 (grifos nossos).

13 Oestão, edição 49, ano 1, p. 8, 31 mar. 1979 (grifos nossos).

14 Oestão, edição 59, Capa, 8 set. 1979 (grifos nossos).

15 Oestão, edição 60, ano 1, p. 9, 22 set. 1979 (grifos nossos).

16 Folha do Oeste, edição 310, ano VII, p. 3, 21 ago. 1971.

17 Folha do Oeste, edição 233, p. 8, 7 fev. 1970.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado (AIE). Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa; VALLADARES, Licia do Prado. **Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. Boletim Informativo e Bibliográfico-BIB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Anpocs, n. 26, p. 3-37, 1988.

BRITES Olga. **Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50)**. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, 2000.

_____. **Infância, trabalho e educação**: a revista Sesinho (1947/1960). 1992. 146 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

FUKUI, Lia F. G.; SAMPAIO, Efigênia M. S.; BRIOSCHI, Lucila R. A questão do trabalho infantil na grande imprensa paulista na década de 70. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, n. 152, p. 28-46, jan./abr. 1985.

LAZAROTTO, Aline. **Mundos sociais da infância na imprensa chapecoense – década de 70**. 2008. Monografia (Especialização) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2008.

MARCILIO, Luiza Maria. **A lenta construção dos direitos da criança brasileira – século XX**. *Revista USP*, São Paulo, n. 37, p. 46-57, mar./maio 1998a.

_____. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998b.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. **Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à Educação**. *Em Aberto*, Brasília, v. 14, n. 61, jan./mar. 1994.

MINAYO, Cecilia de Souza. **O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica**. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVICTCH, Sandra (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 89-111.

MULLER, Tânia. **O jornal Diário de Notícias e a imagem da criança ideal**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL – AS REDES DE CONHECIMENTO E A TECNOLOGIA: PROFESSORES PROFESSORAS: TEXTOS, IMAGENS E SONS. 3., Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UERJ, 2005. v. 1.

PONTE, M. Cristina. **Crianças e jovens em notícias**. Lisboa: Livros Horizontes, 2009.

_____. **Crianças em notícia**: a construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000). Lisboa: ICS/Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Internacional Del Nino; Editora Universitária Santa Ursula; Anais Livraria e Editora, 1995.

_____. O movimento de salvação da criança no Brasil ideias e práticas correntes de assistência à infância pobre na passagem do século XIX para o XX. In: CONGRESSO BRASA, 8., Nashville. **Anais...** Nashville, USA: Vanderbilt University, 13 a 16 out. 2006.

ROVER, Oscar José. Orçamento participativo de Chapecó e sua dimensão rural. In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Org.). **A inovação democrática no Brasil**: o orçamento participativo. São Paulo: Cortez, 2003. p. 274-330.

SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: o estudo empírico das representações sociais. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 85-108.

VEIGA, Cyntia Greive; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. **Uma contribuição para a história da infância**: festejos comemorativos da criança. 2001. Disponível em: <http://anped.org.br/sites/default/files/gt02_03.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

VIELLA, Maria dos Anjos Lopes. **Fetichismo da infância e do trabalho nos mapas do trabalho infantil**. 2008. 275 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.